



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

PROCESSO: 9870/2013

ASSUNTO: TCE

PARECER: 363/2015-CF

EMENTA: TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar da PMDF. Irregularidades. Prejuízo ao erário. Decisão 656/2014. Citação. Defesa. Improcedência. Notificação. Apresentação de recurso. Desistência de recorrer em vista de pedido de parcelamento. Pelo indeferimento. Notificação. MPCDF aquiesce.

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, durante os exercícios compreendidos entre 1994 e 1998, neste caso, do militar **Nivaldo Marques de Brito**.

2. Em 30/10/2014, foi proferida a Decisão nº 5439/2014 (fl. 58), nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa acostada fls. 30-34 para, no mérito, considerá-la improcedente; II – julgar irregulares as contas do militar 3º SGT QPPMC RR Nivaldo Marques de Brito, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da LC nº 01/1994, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o débito que lhes foi imputado no valor de R\$ 147.706,88, atualizado em 05/08/2014 (fl. 36); III – tendo em vista a gravidade dos fatos observados, aplicar ao militar beneficiário da indenização, a pena de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94; IV – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; V – autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes”.

3. Em decorrência, o Sr. Nivaldo Marques de Brito foi regularmente notificado (fl. 61). Irresignado, protocolou, tempestivamente, o recurso de reconsideração de fls. 63/65.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

4. Entretanto, antes da análise da admissibilidade da referida peça, o recorrente encaminhou à Corte o documento de fls. 66, solicitando parcelamento de débito.

5. A Unidade Técnica entendeu, assim, que o responsabilizado deixou de manifestar interesse em recorrer da decisão retrocitada, o que torna sem efeito o recurso de fls. 63/65.

6. Dessa forma, nesta etapa, o Corpo Técnico examinou o teor do pedido de parcelamento, ressaltando que, na solicitação apresentada, o Sr. Nivaldo assinalou a intenção de pôr fim ao processo, concordando em descontar dos seus proventos o débito até sua quitação, desde que no percentual de 3% ao mês (fl. 66).

7. Contudo, apontou que o entendimento da Corte tem sido no sentido de que o percentual mínimo de desconto é de 10%, adotando-se aos militares, por analogia, o disposto na Lei nº 8.112/90, como estabelecido na Decisão nº 4463/2004, *in verbis*:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: (...) III) esclarecer à jurisdicionada que: a) o valor da parcela a ser descontada deverá ser fixado em 10% (dez por cento) da remuneração do servidor militar, tendo em conta o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90 e o fato da Lei nº 10.486/2002 não fixar expressamente o limite de desconto para as reposições e indenizações ao erário¹, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, a partir de 2005, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, até a completa extinção do débito; (...) c) a margem consignável na qual inserem-se as indenizações e reposições à Fazenda Pública por dano ao erário é a estabelecida no artigo 27, § 3º, da Lei nº 10.486/02, isto é, juntos os descontos obrigatórios e autorizados poderão comprometer até 70% (setenta por cento) da remuneração do militar, devendo ficar entendido que os descontos obrigatórios preferem os autorizados, ou seja, os descontos autorizados não podem obstar a efetivação dos descontos obrigatórios, devendo primeiro, ser satisfeitos os compromissos compulsórios (imposto de renda, desconto previdenciário,

¹ Art. 27. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

(...)

~~§ 3º Na aplicação dos descontos, o militar não poderá receber quantia inferior a 30% (trinta por cento) da sua remuneração ou proventos.~~

§ 3º A soma mensal dos descontos autorizados de cada militar não poderá exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) da soma da remuneração, proventos, direitos pecuniários previstos no art. 2º desta Lei, com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, relativas à natureza ou ao local de trabalho, e a vantagem pessoal nominalmente identificada, ou outra paga com base no mesmo fundamento, sendo excluídas: ...)” (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

pensão alimentícia, indenização ou reposição à Fazenda Pública em decorrência de dano ao erário, outros descontos determinados pela Justiça ou de caráter obrigatório) e, depois, havendo margem consignável, poderão ser autorizados os descontos voluntários ou autorizados; d) os descontos determinados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal têm natureza compulsória, isto é, independem da anuência ou concordância do servidor militar condenado; IV) autorizar o retorno do Processo nº 054.002.206/01, apenso, à origem”. (inserimos nota de rodapé).

8. Assim, embora a decisão supracitada faça menção à Lei 8.112/90, destacou que *“a norma que veio substituí-la no GDF (também por analogia, uma vez que essa legislação refere-se aos servidores civis e não militares), Lei nº 840/2012, também direciona o desconto de reposições e indenizações ao erário ao montante de 10% da remuneração”*:

“Art. 119. As reposições e indenizações ao erário devem ser comunicadas ao servidor para pagamento no prazo de até dez dias, podendo, a seu pedido, ser descontadas da remuneração ou subsídio.

§ 1º O desconto deve ser feito:

(...)

II – em parcelas mensais iguais à décima parte do subsídio ou remuneração, devendo o resíduo constituir-se como última parcela.”

9. Diante disso, entendeu que o pleito do militar para que fossem efetuados descontos de 3% não pode ser acatado pela Corte.

10. Por conseguinte, sugeriu a notificação do Sr. Nivaldo Marques de Brito deva para que efetue o recolhimento do débito que lhe foi atribuído nos autos.

11. Os autos vieram ao MPCDF que aquiesce às sugestões do Corpo Técnico.

É o parecer.

Brasília-DF, 29 de maio de 2015.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
PROCURADORA MPC/DF